

## TRADUÇÃO

### Para uma avaliação sociopolítica da crise do COVID-19<sup>1</sup>

Daniel Feierstein<sup>2</sup>

As respostas à aparição do COVID-19 em fins de 2019 não foram comuns em todo o planeta. Uma linha importante separou os governos orientais e ocidentais, fazendo referência a pressupostos epistemológicos e morais, não apenas nos posicionamentos governamentais, mas também nas respostas sociais.

Em países como China, Coreia do Sul, Cingapura, Vietnam, Tailândia (entre outros) a visão predominante apostou em suprimir rapidamente a circulação do vírus. Em muitos países ocidentais, ao contrário, a proposta pareceu ser a da chamada “imunidade de rebanho” (foi o caso inicialmente de Suécia, Reino Unido, Estados Unidos e Brasil). O rápido colapso sanitário de Espanha, Itália, Reino Unido, Bélgica e França e as dificuldades e a quantidade de mortes vividas na Alemanha, Holanda, Estados Unidos e Suíça, levaram a muitos destes estados a implementar medidas de cuidado, mudando a proposta inicial de “imunidade de rebanho” pela de mitigação. Esta política buscava chegar à mesma imunidade de rebanho, mas a uma velocidade mais lenta, para impedir as mortes produzidas já não apenas pela propagação do vírus, mas também pelo colapso do sistema de saúde e pela impossibilidade de atender outras situações: acidentes, problemas cardíacos, cerebrovasculares, digestivos, etc.

Numerosos artigos demonstraram que, tal como havia ocorrido com a gripe espanhola, as políticas de erradicação do vírus não apenas implicaram um custo em vidas notoriamente menor, mas também permitiram uma mais rápida recuperação econômica.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Referência da publicação original: FEIERSTEIN, Daniel. Hacia una evaluación socio-política de la crisis do COVID-19. In: BOHOLAVSKY, Juan Pablo (org). *Ciencias y Pandemia: una epistemología para los derechos humanos*. La Plata: EDULP, 2022. p.170-186. Tradução: Gilberto Calil.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Investigador Principal do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Profesor Titular no curso de Sociología (UBA) e Profesor Titular da Universidad Nacional Tres de Febrero (UNTREF), onde dirige o Centro de Estudios sobre Genocidio. Foi presidente da International Association of Genocide Scholars (2013-2015) e membro do Tribunal Permanente dos Povos. Publicou 9 livros autorais: *Seis Estudios sobre Genocidio* (1997), *El genocidio como práctica social* (2007), *Memorias y Representaciones. Sobre la elaboración do genocidio I* (2012), *Juicios. Sobre la elaboración do genocidio II* (2015), *Introducción a los Estudios sobre Genocidio* (2016), *Los dos demonios recargados* (2018), *La construcción do enano fascista* (2019) y *Pandemia. un balance social y político de la crisis do COVID-19* (2021).

<sup>3</sup> Veja-se, entre outros, BAKER, Michael, WILSON, Nick & BLAKELY, Tony. “Elimination could be the optimal response strategy for covid-19 and other emerging pandemic diseases”, *BJM*, 371, 2020. p.1-4; OLIU-BARTON, Michel. et al. “SARS-Cov-2 elimination, not mitigation, creates best outcomes for health, the economy, and civil liberties”, *The Lancet*, 1-3, 2021. DOI 10.1016/S0140-6736(21)00978-8. Sobre o custo de sustentar estratégias de

Ainda que o eixo diferenciador das estratégias de abordagem foi de forma hegemônica o de “Oriente versus Ocidente”, houve países ocidentais que apostaram também na estratégia de supressão, atingindo resultados equivalentes aos dos países orientais, ainda que não necessariamente com ferramentas idênticas. Este foi o caso da Noruega, Finlândia, Austrália ou Nova Zelândia, entre outros, o que mostra que as respostas não eram inevitáveis e que as culturas não são compartimentos estanques.

O objetivo desta análise não é tanto avaliar estas distintas estratégias sanitárias, mas articular esta análise com a da luta pelas representações da pandemia naquelas sociedades nas quais acabou triunfando a política de mitigação por contra a da supressão.

Enfatizando a experiência argentina, a análise do que consideramos como uma derrota profunda do princípio da precaução tem o objetivo de avaliar as consequências sociopolíticas deste processo na futura construção de laços sociais. Para isto, se propõe primeiramente observar as transformações ocorridas nas modalidades de subjetivação contemporâneas para permitir sua articulação com o ocorrido durante a emergência da pandemia de COVID-19 e, a partir daí, avaliar os caminhos que se abrem no futuro.

### **As transformações nas formas de subjetivação**

A quebra civilizacional que teve seu epicentro na subjetividade pós-moderna, que Zygmunt Bauman identifica como momento “líquido” da modernidade, teve a ver com uma concepção predominante do sujeito como mero “reservatório de direitos”<sup>4</sup> A modernidade “sólida” clássica se baseava em um equilíbrio complexo e dinâmico entre direitos e obrigações. O sujeito pensava a si mesmo como “produtor” e sua articulação identitária se construía sobre a base deste elemento fundamental: a inserção de sua própria atividade no contexto da produção coletiva.<sup>5</sup>

Com origem no contratualismo, os desenvolvimentos da maior parte do pensamento moderno (tanto em sua face conservadora como em suas correntes reformistas ou revolucionárias) tiveram lugar sobre a base de distintas formas de colocar a questão do equilíbrio entre direitos e obrigações que surgia deste rol produtor. Cabe citar, apenas para exemplificar, Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant ou Émile Durkheim em distintas variantes da hegemonia burguesa de cada época, mas também Karl Marx, Vladimir Lenin ou Antonio Gramsci.

O debate entre conservadores e reformistas ou revolucionários se baseava no caráter das normas estabelecidas e na prioridade da reprodução da ordem existente

---

mitigação a partir do alto nível de mortalidade na atenção hospitalar por Covid-19, veja-se também ARMSTRONG, R.A. et al. “Mortality in patients admitted to intensive care with COVID-19: an updated systematic review and meta-analysis of observational studies”, *Anaesthesia*, 76, 2021, p. 537- 548. <https://doi.org/10.1111/anae.15425>.

<sup>4</sup> BAUMAN, Zygmunt. *-Modernidad líquida*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2002; BAUMAN, Zygmunt. *Comunidad*. En busca de seguridad en un mundo hostil, Buenos Aires, Siglo XXI, 2003.

<sup>5</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Trabajo, consumismo y nuevos pobres*, Barcelona, Gedisa, 1999.

(base fundamental das ideologias conservadoras) ou da transformação dela em uma direção de maior igualdade ou equidade (em suas versões reformistas e revolucionárias). Em casos mais complexos, se podia estabelecer articulações dinâmicas entre aquilo que se queria conservar e aquilo que se queria mudar, por exemplo, em autores como Norbert Elias.<sup>6</sup>

As novas formas de subjetivação implicaram um giro: a inviabilidade e inconveniência de qualquer sistema regulatório e de qualquer limitação à “liberdade”, colocando a questão da remissão do comportamento à própria “espontaneidade”, enquanto sanção definitiva da mercantilização de todo âmbito da vida humana e social, e a subjetivação enquanto consumidor. Este último pode se observar já em algumas das proposições da Escola de Chicago ou na mão de autores como Friedrich von Hayek, Ayn Rand ou Milton Friedman.

Bauman é quem denomina a estas formas de subjetivação como de “estilo consumidor”.<sup>7</sup> O vínculo com a ação social não é mais enquanto produtor e responsável dela, mas enquanto crítico externo que se manifesta desencantado com o produto que lhe oferecem e sai à busca de um produto melhor no mercado de ofertas políticas, de experiências de vida, de modelos, de ideais ou de candidatos de ocasião. Bauman também se refere a este modo de subjetivação como “prédio para acampar”, no sentido de que não se trata apenas de se situar em uma posição de consumidor, mas também de se localizar no exterior, como nômade territorial e social, como sujeito que não assume relação de vínculo comunitário, mas que se vincula com todo território ou coletividade desde uma posição de exterioridade.

Este cidadão (percebido a si mesmo e pela estrutura do marketing político como “cliente”) avalia a ação social apenas desde o interesse mais imediato e desde um lugar de exterioridade. A isto se soma o posicionamento subjetivo enquanto vítima e, com isto, a anulação da possibilidade da vergonha, da culpa ou da responsabilidade. E, articulado com isto, uma crescente dificuldade para o exercício de qualquer autoridade ou a aplicação de normas que regulem a ação social.

É claro que estas dificuldades frente ao exercício da autoridade não se aplicam a respeito das territorialidades populares ou marginais, onde sempre se requer altos níveis de repressão para evitar que as reivindicações ou necessidades provenientes delas sequer saiam à superfície. Mas estas formas repressivas podem ficar invisibilizadas, precisamente porque em muitos estados estes setores já se encontram excluídos da estrutura política (geralmente, votam cada vez menos naquelas sociedades com voto facultativo), em outros são seduzidos pelas variantes fascistas (que propõem uma alternativa para projetar seus ódios e ressentimentos por fora do diálogo político e focalizando em determinados grupos a canalização do sofrimento, sejam imigrantes limítrofes ou extracontinentais, judeus, ciganos, árabes, entre outros) e em outros casos estes grupos populares ou marginais reprimidos são assimilados como parte de uma estrutura política imodificável à qual se deve opor a organização das “pessoas de bem”. É nesta estrutura que a repressão se legitima desde a estigmatização de parte da

---

<sup>6</sup> ELIAS, Norbert. *El proceso de la civilización*. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas, México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

<sup>7</sup> BAUMAN, 1999; BAUMAN, 2003.

população como “parasitas” e, desde este lugar, como sujeitos desumanizados, carentes dos direitos dos indivíduos “de bem”.

A autoridade à qual efetivamente se renuncia desde o poder estatal nestas novas modalidades de subjetivação é aquela que implica normatizar os comportamentos econômicos dos setores acomodados. Isto sucede na forma de transformações da estrutura impositiva, em intervenções estatais nas lógicas do mercado (tanto nos mecanismos de formação de preços como no espaço financeiro), mas também em regulações mais básicas dos comportamentos destes setores, desde as normas de trânsito até a utilização do espaço público. No caso da pandemia, isto apareceu exemplificado na dificuldade para exigir o cumprimento de normas sanitárias que implicaram na limitação a certas condutas com vistas à proteção da saúde do conjunto.

Toda organização social, já desde a história mais antiga, se baseou na construção de normas, sejam ou não codificadas. Para funcionar como sociedade se necessita estabelecer o que está permitido, o que está proibido, o que é aconselhável ou desaconselhado, que atitudes excluem do laço social de apoio dos demais ao ameaçá-los. Requer exercer a autoridade e estabelecer consequências para os que se apartam dos comportamentos pautados e determinar e implementar distintas modalidades de sanção. Isto é assim inclusive nos laços criados em organizações criminosas que, em que pese estarem fora da lei e dedicarem-se a sua violação, precisam também criar seus próprios códigos de conduta e sistemas de punição, em alguns casos muito severos precisamente pela inexistência de uma rede de mediação ou burocratização que permita complexificá-los.

É certo que em alguns casos participamos da criação destas normas e em muitos outros nos vem herdadas de tradições prévias. Um dos problemas das modalidades de subjetivação contemporâneas é que renunciam a toda vinculação com uma comunidade anterior. É assim que toda norma em cuja produção não se participe resulta cada vez mais alheia e inassimilável.

Também é possível identificar conjuntos de normas que constroem funcionamentos igualitários e outras que geram consequências profundamente desiguais ou opressivas. Mas nenhum agrupamento coletivo pode funcionar sem normas e comportamentos pautados, sem autoridades que se encarreguem de exigir seu cumprimento e sem consequências de algum tipo para os que as violam.

Aquelas normas que em distintos momentos históricos resultaram obsoletas, desiguais ou repressivas foram muitas vezes enfrentadas coletivamente. Mas esta confrontação foi realizada por grupos que também criaram seus próprios sistemas de normas e tentaram dar explicações acerca de porque as normas existentes resultavam opressivas, desiguais, alienantes ou obsoletas. E, em geral, estas normas reformistas ou revolucionárias requeriam ainda maior autoridade para poderem ser impostas aos que resistiam a abandonar suas situações de privilégio ou posições de poder que haviam conquistado em sistemas normativos prévios. Impor uma norma nova requer muito maior capacidade de sanção que sustentar uma já aceita pela tradição.

## **Os dilemas sociopolíticos gerados pela disputa pelas representações da pandemia**

O que a pandemia colocou sobre a mesa foi a capacidade das distintas sociedades para implementar medidas cooperativas e desafiar os paradigmas dominantes a respeito dos modos de explicação da realidade e suas consequências em relação à ação em uma situação de catástrofe coletiva como a propagação do COVID-19.

Neste sentido, o resultado foi que, na maioria das sociedades ocidentais, a pandemia terminou sofrendo o mesmo destino que a crise climática: o nível de morte e destruição não foi suficiente para justificar a modificação do funcionamento social dominante, inclusive em situações de colapso. As evidências mais contundentes foram ser negadas e ignoradas com a ilusão de continuar com a vida a que se estava acostumado, ainda que isto conduzisse a milhões de mortes

O processo pelo qual se chegou a este resultado no caso da COVID-19 não foi linear e continua sendo dinâmico. Mas, para permitir qualquer questionamento ou possibilidade de reversão, é necessário um balanço sincero que possa dar conta de duas derrotas parciais articuladas: a derrota do princípio da precaução e do valor da saúde da população acima da ganância lucrativa empresarial e a derrota do rol do Estado como articulador dos interesses coletivos.

Ainda que estas derrotas não tenham ocorrido em todo o planeta e não sejam de modo algum definitivas, sem dúvida dão conta dos elementos principais do desenvolvimento político em grande parte de Ocidente.

### **A derrota do princípio da precaução<sup>8</sup>**

Quando se decide implementar um conjunto de cuidados ante um vírus desconhecido, se assume a cooperação como guia comportamental e uma visão sobre a responsabilidade que implica não apenas um compromisso altruísta, mas também uma forma de reciprocidade.

O eixo da prevenção se baseia na tentativa de se antecipar a uma situação de incerteza, optando pelo cuidado ante à dúvida sobre a gravidade indeterminável no caso de decidir não atuar. Na aplicação do princípio da precaução se joga precisamente esta

---

<sup>8</sup> O princípio da precaução constituiu um modo de se representar a relação com a comunidade na qual se vive. Quando se decide implementar um conjunto de cuidados ante um vírus desconhecido (não apenas para não se contagiar, mas fundamentalmente para não contagiar aos demais), se assume a cooperação como guia comportamental. Se faz algo pelo outro com a esperança de que o outro o fará por você em reciprocidade, e se encontra ratificação e estímulo ao observar os resultados positivos das medidas de cuidado. O princípio da precaução tem uma tradição que remonta aos anos setenta, mas foi definido e assumido como tal em começos do Século XXI por entidades como a Comissão Mundial de Ética do Conhecimento Científico e da Tecnologia, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2005, e pelo Comitê Nacional de Ética na Ciência e Tecnologia argentino.

disjuntiva: ao desconhecer os níveis reais de dano possível, se desenham os cuidados supondo a hipótese de maior gravidade e tentando impedi-la.

Entre fins de 2019 e começos de 2020, era difícil prever os níveis de contagiosidade e letalidade do vírus SARS-COV-2, suas mutações ou as sequelas que o adoecimento poderia deixar. O objetivo do princípio da precaução se baseava em arriscar consequências conhecidas (a necessária redistribuição de renda que permitiria afrontar sem custos graves a paralisação da atividade pelo tempo necessário para erradicar de maneira definitiva o vírus) para evitar desenlaces desconhecidos (deixar circular o vírus e que produzisse as mortes, mutações e sequelas que sua própria evolução determinaria).

Na Argentina, de uma primeira aposta inicial pelo princípio da precaução e pelo valor da vida acima do interesse econômico imediato em março de 2020 se modificou com rapidez para uma política de mitigação, baseada no equipamento do sistema sanitário para “achatar a curva”, decisão já clara desde maio de 2020. Porém, o que resulta específico no caso argentino é que o governo jamais explicitou a mudança de estratégia (da supressão à mitigação). Ao contrário, sustentou um discurso em todos os momentos baseado no princípio da precaução e na prioridade da saúde acima de qualquer outro valor, que não se condizia nem com as ações sanitárias e políticas implantadas nem com os resultados obtidos.

Desde aquele início promissor de março de 2020, a situação foi ingressando pouco a pouco em níveis de contradição cada vez maiores, com aberturas crescentes de atividades desde maio de 2020 que coincidiam com um aumento da propagação de contágios na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA). Tudo isto foi acompanhado de reiterados descuidos públicos da figura presidencial (entre os quais destaco uma reunião sem protocolos com dirigentes sindicais e a festa de aniversário na residência presidencial) e chamados cada vez mais abstratos ao exercício de uma “responsabilidade cidadã” individual, que pareciam colocar por terra o compromisso inicial de uma “responsabilidade estatal” e coletiva.

Esta contradição entre o plano das declarações e o das ações efetivamente implementadas impediu construir uma receita política em qualquer direção: continuavam recebendo as críticas dos “aberturistas” pelo “discurso” de cuidados e restrições e pelo mito da “quarentena eterna”, enquanto as aberturas se produziam, impulsionadas sobretudo pelas pressões do governo da Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA).<sup>9</sup>

Simultaneamente, o governo argentino também pagou os custos sanitários, econômicos e políticos de uma circulação massiva do vírus, tanto no que se referia a contágios e mortes como ao risco de mutações e variantes e, com isto, perdeu parte do apoio de setores de votantes próprios, convencidos da importância de sustentar os cuidados e de fortalecer o rol da autoridade estatal. Isto foi acompanhado da

---

<sup>9</sup> Nota do tradutor: A cidade de Buenos Aires é governada, desde 2019, por Horacio Rodriguez Latteta, vinculado ao Proposta Republicana (PRO), de centro-direita e principal opositor ao governo do presidente Alberto Fernández, do kirchnerista Frente de Todos (FdT).

permanente incompreensão, por parte das autoridades nacionais de saúde, sobre a importância dos mecanismos de testagem, rastreamento e isolamento de contatos como modo de conter a propagação do vírus ou da contenção dos ingressos ao país pela via aérea. A estratégia de “achatar a curva” para evitar o colapso do sistema de saúde (em lugar de apostar na supressão da circulação comunitária do vírus) foi um elemento em comum tanto nas políticas nacionais como provinciais, com a notável exceção da província de Formosa durante 2020.

Mas o grave da especificidade da derrota argentina em relação ao princípio da precaução ocorreu por lados mais preocupantes, como o desprestígio das políticas de cuidado, a sensação de que dava no mesmo tomar medidas ou não as tomar.

A percepção que se instalou como balanço se estruturou então sobre os seguintes eixos:

- a) que a “quarentena mais longa do mundo” (mito criado pelos meios de comunicação argentinos) não serviu para nada;
- b) que as mortes seriam produzidas de qualquer forma e eram inevitáveis;
- c) que sem “quarentena” a economia em 2020 não teria tido problemas e teria se recuperado com maior rapidez e, portanto, implicitamente:
- d) que não é possível afetar os interesses dos setores mais concentrados de poder.

O que está por trás deste conjunto de suposições acerca do ocorrido é que o desenvolvimento da pandemia (com suas cifras de contágios e mortes) resultava imparável. Apenas se poderia discutir o momento de ocorrência dos picos e a tentativa de evitar o colapso do sistema de saúde e, com isto, uma cifra significativa de mortes adicionais por motivos não vinculados ao COVID-19.

Estas suposições não condizem muito bem com o observável e os indicadores concretos, tanto no mundo como na Argentina. Mas o observável só pode se construir como tal quando existem estruturas de assimilação que o integre a uma forma de dar sentido às experiências vitais.<sup>10</sup>

Em casos paradigmáticos como os de Estados Unidos, Brasil e Suécia, surgiram correntes importantes que questionam a decisão sanitária daqueles governos a partir de construir como observáveis as consequências do abandono do princípio da precaução no excesso de mortes ou, por exemplo, o melhor desempenho econômico daqueles países que decidiram apostar na supressão do vírus e logo retomar o conjunto de suas atividades, entre os que destacam China, Coreia do Sul, Vietnam, Austrália e Nova Zelândia. Não se pode minimizar esta questão como explicação principal da derrota de Donald Trump nos Estados Unidos. Resulta por agora menos constatável o

---

<sup>10</sup> BACHELARD, Gastón. *La formación do espíritu científico*, México, Siglo XXI, 1987; PIAGET, Jean. & GARCÍA, Rolando. *Psicogénesis e historia de la ciencia*, México, Siglo XXI, 1982.

efeito político do negacionismo presidencial no Brasil, ainda tudo indica que seguirá um caminho similar.<sup>11</sup>

Pelo contrário, em casos como Argentina (que se parece nisto com Espanha, entre outros), a contradição entre um discurso que parecia aderir ao princípio da precaução e uma política que o eludia não favoreceu a análise crítica e ordenada das consequências a que levou o “aberturismo” e o negacionismo.<sup>12</sup>

As consequências negativas (econômicas, sociais, educativas e até sanitárias) são analisadas como consequência da “política de cuidados” que, formulada mas não aplicada, não teria logrado resultado algum e aparece como o próprio motivo do fracasso.

A derrota do princípio da precaução é uma das heranças mais graves que deixa a luta contra a pandemia, como estímulo aos setores partidários do comportamento individualista e egoísta frente aos que apostaram nas respostas solidárias e cooperativas. Mas, no caso argentino, a gravidade se incrementa pelo modo específico pelo qual ocorreu, escondida detrás de um discurso que dizia respeitá-lo e confundindo desta forma a grande parte da população, impossibilitada, a partir disto, de converter em observáveis os dados que emergem da realidade cotidiana e constituir com eles olhares contra hegemônicos.

### **A derrota do rol do Estado**

O segundo nível de consequências no plano das representações pós-pandemia corresponde à importância do rol estatal na implementação do cuidado e na sanção e cumprimento das normas.

Dirigindo-se à população em um rol clássico de governo (o “pastorado” analisado por Michel Foucault<sup>13</sup>), se assumia a proposta de “condução” das ações sociais desde o rol da norma e da imposição de limites, ainda que precisamente este “pastorado” não chamava à participação popular no apoio e consolidação das medidas, mas à confiança na condução da figura presidencial. Talvez um de seus pontos mais altos neste exercício da autoridade foi a reação ante as demissões implementadas pela empresa Techint, ante os quais Alberto Fernández declarou em 29 de março: “*Agora lhes digo que eu não deixarei que o façam*”. e acrescentou, em claro exercício de sua autoridade como representante do conjunto da população e em especial de seus setores mais desfavorecidos: “*Bem, meus caros, chegou a hora de lucrarem menos*”.<sup>14</sup>

<sup>11</sup> Nota do Tradutor: O livro no qual está originalmente inserido o artigo foi lançado em junho de 2022, razão pela qual não estava dado o resultado da eleição presidencial brasileira.

<sup>12</sup> FEIERSTEIN, Daniel. *Pandemia. un balance social y político de la crisis do COVID-19*, Buenos Aires: FCE, 2021.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. “*Omnes et singulatim*. Hacia una crítica de la razón política”, en *Tecnologías do yo y otros textos afines*, Barcelona: Paidós, 1990.

<sup>14</sup> As declarações foram reproduzidas em todos os diários do dia seguinte. Veja-se, por exemplo, *Infobae*, onde é altamente significativa a manchete “Alberto Fernández e su guerra contra los empresarios miserables en medio de la pandemia: ¿el Presidente eligió a Paolo Rocca como

Não é de estranhar que no dia seguinte a estas declarações tenha se organizado o primeiro *cacerolazo* [panelaço] pedindo a redução dos salários dos políticos. Com a falta de resposta frente ao *cacerolazo* (que poderia ter sido a aceitação da redução acompanhando-a do imposto às grandes fortunas no mesmo montante) o governo perdeu a oportunidade de apostar contra a reação antipolítica. Aquele *cacerolazo* tinha o explícito objetivo de quebrar o consenso gerado pela figura presidencial a partir da assunção de sua função “pastoral” como o rol colocado para o aparato estatal e seus órgãos de governo na gestão da crise.

Os contínuos recuos nas distintas decisões políticas e sanitárias que foram propostas desde então (por exemplo, o falido projeto de expropriação da empresa Vicentin, que logo irradiou a impossibilidade de fazer cumprir muitas das medidas sanitárias como a suspensão da presencialidade escolar) foram fragilizando a autoridade presidencial, junto à contradição na ação do presidente, que violava com seu comportamento as próprias medidas sancionadas.

Assim como as declarações de fins de março de 2020 constituíram o ponto mais alto na tentativa de reconstruir o rol do Estado na condução política, a afirmação de agosto em que se afirmava que “a quarentena não existe mais” ou a substituição no mês seguinte da conferência presidencial por uma mensagem gravada por uma locutora em *off* foram lidos por importantes setores da população como uma capitulação, que levou a muitas pessoas ao abandono dos cuidados que grandes frações sociais todavia vinham mantendo.

Em circunstâncias nas quais o Estado se retira de seu rol de provedor de informação confiável, de guia para as medidas de proteção e inclusive de instância de sanção administrativa ou penal das violações ao laço social de cuidado, as hegemonias na capacidade de incidir nos comportamentos sociais se deslocam. Aquele que implementa cuidados começa a sentir-se desamparado. Seus esforços não se veem recompensados com resultados positivos (os níveis de contágio e morte sobem da mesma forma) e, portanto, a tentação de imitar comportamentos irresponsáveis se faz mais forte. Isto é reforçado quando, além de tudo, não aparece a autoridade, a vontade nem a viabilidade de sanção alguma para os transgressores.

Foi assim que no intercâmbio cotidiano se debilitou a capacidade de interpelação dos que apostavam no cuidado. Se potencializou a explicitação do descuido e se isolou na impotência ou no silêncio aos que continuavam convencidos da necessidade de atitudes responsáveis. Contra todas as percepções políticas, estes setores representavam paradoxalmente uma maioria, como revelam os trabalhos de investigação realizados a respeito, ainda que não se concebesses a si mesmos como maiorias.<sup>15</sup>

---

enemigo?”, Buenos Aires, 30.3. 2020, disponible en línea: <https://www.infobae.com/economia/2020/03/30/alberto-fernandez-y-su-guerra-contra-los-empresarios-miserables-en-medio-de-la-pandemia-el-presidente-eligio-a-paolo-rocca-como-su-enemigo/>

<sup>15</sup> BALSÁ, Javier. FEIERSTEIN, Daniel. DE MARTINELLI, Guillermo., ROMANI, Pehuén & SPOLITA, Juan. “¿Qué harías si fueras Presidente y se empezaran a llenar las terapias intensivas? Mayorías que se piensan como minorías frente al COVID”, *Página/12*, 10.3.2021,

Tanto as representações como os comportamentos são dinâmicos. Além de grupos pequenos, a maioria da população oscila, muda a partir do contexto e avalia cotidianamente suas ações a partir de seus resultados e da observação e análise dos demais.

Expressa em um fenômeno pandêmico, a disputa a redor do rol do Estado resulta uma das mais importantes nas confrontações políticas do último século (algo que ganhou força com o surgimento do peronismo na Argentina) e constitui um dos eixos fundamentais de disputa política a nível internacional, regional e nacional.

Eis aqui as consequências mais profundas de ambas as derrotas na disputa pelas ações e representações a respeito da pandemia do COVID-19.

### **A modo de conclusão**

As normas não se cumprem pela sua mera existência. Assim como requerem um aparato de controle, também necessitam uma legitimação social, que valorize tanto sua importância como sua necessidade. Esta legitimação vai construindo a sanção social de quem não as respeita, usualmente tão ou mais efetiva que a sanção estatal. E isto joga um rol determinante nas formas de subjetivação.

A batalha pelo sentido é travada em três planos articulados: cognitivo, emocional e ético-moral. Que informação aceitamos e que observáveis somos capazes de incorporar, que emoções jogam com maior força em nossa capacidade de decisão e a que modelo de comunidade apostamos.

Neste terceiro plano (modelos de comunidade) se confrontam formas de representação da sociedade. A pandemia nos confrontou com estas disputas que remontam à própria origem do Estado argentino e às contendas políticas do último século, assim como às equivalências em outros lugares do planeta ou nas próprias lógicas da globalização: que emoções terão de primar e em função de que modelo de comunidade, com que fundamentos ético-morais irão se estruturar os comportamentos.

Assim como no caso do princípio da precaução ou no rol do Estado, também em relação à distribuição das vacinas se podem identificar importantes disputas no campo das representações: a instalação de suspeitas sobre o possível dano divulgadas por numerosos grupos antivacinas, a primazia da disputa geopolítica em relação ao bem-estar da humanidade (no permanente boicote por parte das agências ocidentais às vacinas desenvolvidas na Rússia ou na China, em que pese a efetividade demonstrada em sua aplicação a grandes populações), a identificação sem pudor de alguns governos com os interesses de laboratórios específicos, o fracasso das iniciativas internacionais para uma distribuição equitativa a nível internacional das vacinas existentes, entre outros exemplos.

A disputa pelas representações da pandemia, portanto, não tem efeitos apenas relativos à pandemia nem terá consequências meramente sanitárias, mas se trata de uma

prova de fogo que irradia consequências para uma infinidade de disputas sociopolíticas e, naturalmente, também no plano mais amplo das representações sociais da realidade e das formas de subjetivação contemporâneas.

Assumir as derrotas vividas em relação à possibilidade de aplicação do princípio da precaução, relativamente ao rol do Estado enquanto garantidor da vida e do bem-estar dos mais desprotegidos ou no que diz respeito a uma distribuição mais equitativa dos bens produzidos pela espécie (por exemplo, as vacinas) é condição necessária para qualquer tentativa de reversão do ocorrido durante a pandemia.

Levar adiante a disputa pelas representações implica comprometer-se a lutar para dar lugar a estas outras possibilidades que, havendo emergido naqueles primeiros meses de 2020 ou em outras sociedades, foram enterrados em nossa região pela ofensiva neoliberal. Dar lugar a estas outras possibilidades primeiro em nossa própria imaginação, como condição para uma construção coletiva que conceba como factível uma comunidade capaz de redistribuir os bens que produz, buscando o cuidado e o bem-estar da maioria de seus habitantes, um sonho de tantas gerações de seres humanos que busca ser sepultado pelo mantra individualista de que cada um apenas conta consigo mesmo para enfrentar à adversidade.

Se existe o sonho de seguir constituindo uma comunidade e não permitir a dissolução dos laços sociais, será necessário reverter estas derrotas e questionar as formas de subjetivação e representação da realidade contemporâneas.